



ISSN: 2674-8584 V2 – N2– 2023

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO: POSSÍVES CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Luiza Colen Santos Coelho¹

Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Teófilo Otoni-MG.

Yasmim Fernandes de Jesus²

Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Teófilo Otoni-MG.

Neuslete Esteves dos Santos Neumann³

Professora orientadora do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum Teófilo Otoni-MG.

Lucio Onofri⁴

Professor de TCC Unidoctum Teófilo Otoni

Recebimento 15/05/2023 Aceite 01/07/2023

Resumo: A vulnerabilidade socioeconômica, decorrente da profunda desigualdade social do Brasil, apresenta-se como um fator segregador da educação básica. Para que essas questões sejam compreendidas é preciso considerar as múltiplas dimensões que influem e propagam a sua permanência no cenário social, especialmente no que se refere ao processo de ensino aprendizagem. Nesse caso, o objetivo principal deste artigo foi identificar qual o papel da Psicologia no processo de ensino aprendizagem frente às políticas públicas educacionais em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, este trabalho utilizou como metodologia para obtenção de dados a pesquisa do tipo bibliográfica através de livros e publicações físicas e virtuais, sendo uma pesquisa do tipo exploratória quanto aos objetivos, e qualitativa quanto análise do problema. Através de leituras sistemáticas, foram elencados dados distribuídos em tópicos necessários à compreensão de tal temática. Como resultado, as pesquisas apresentaram que é preciso considerar e compreender as multiplicidades de fatores envolvidos na vulnerabilidade socioeconômica para a implementação e desenvolvimento de Políticas Públicas Educacionais. Essas políticas precisam levar em conta a subjetividade inerente ao processo de humanização dos indivíduos, colocando a Psicologia, enquanto teoria, ferramenta e prática ética, capaz de contribuir com estudos e metodologias, que

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Teófilo Otoni-MG.

² Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum de Teófilo Otoni-MG.

³ Professora orientadora do Curso de Psicologia da Faculdade Doctum Teófilo Otoni-MG.

⁴ Professor de TCC Unidoctum Teófilo Otoni

intervém junto aos fenômenos sociais devido a sua capacidade de compreensão dos processos psicológicos, garantindo maior eficiência e eficácias às Políticas Públicas da Educação, desde a participação em sua elaboração, à garantia de uma implementação implicada e condizente com o território a que se destina.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioeconômica; Políticas Públicas Educacionais.

Abstract: The socioeconomic vulnerability, due to the extreme social inequality in Brazil, presents a segregating factor in primary education. In order to understand this problem, it is necessary to consider the multiple dimensions that influence and foster its prevalence in the society, especially when it regards the teaching-learning process. Hence, this study aim is to identify the role of Psychology in teaching-learning processes in the face of public educational policies related to socioeconomic vulnerability. We used a bibliographical approach for data collection through books and both online and printed publications, being an exploratory research regarding the objectives, and qualitative research regarding the problem analysis. From systematic analysis, we selected data on topics related to the understanding of this theme. The results showed that we need to consider and include the multiplicity of factors associated with socioeconomic vulnerability for implementing and developing Educational Public Policies that address subjectivity related to the "humanization of individuals". These actions enable Psychology, as a theory, tool and ethical practice, to provide studies and methodologies that tackle subjective social phenomena, due to its capacity of intervening in the social process of humanization. In this sense, this is a viable way to guarantee a more efficient Education Public Policies, from the participation in its design to ensuring an integrated and coherent execution according to the target territory and social group.

Keywords: Socioeconomic Vulnerability; Educational Public Policies; Contributions from Psychology; Education.

INTRODUÇÃO

Para se discutir sobre as questões implicadas na temática da vulnerabilidade social em países com acentuada desigualdade sociocultural como o Brasil, é imprescindível compreender que existem múltiplas dimensões a serem consideradas em todo o contexto territorial, social, político, econômico e cultural. Dimensões essas que se configuram enquanto a causa e o efeito das desigualdades.

Ou seja, se por um lado a falta de políticas públicas efetivas na educação de determinada população pode causar uma série de defasagens na aprendizagem daquele alunado e prejudicar o seu progresso acadêmico. Por outro lado, a própria desigualdade que permanecerá ressoando naquela localidade, devido à falta de investimento na educação daquela população, acarretará na sua sujeição, devido ao baixo nível de instrução e visibilidade social.

Neste ponto, percebe-se que vulnerabilidade social está envolta no restrito acesso aos direitos dos indivíduos, o que leva a situação de desemprego, precariedade de trabalho, pobreza, falta de proteção social, dentre outros (GUZZO; SENRA, 2012), tornando o sujeito vulnerável devido a uma condição de desigualdade econômica estrutural.

Outra dimensão resultante de tal cenário é a debilidade educacional que ocorre em situações de vulnerabilidade socioeconômica, e que evidência como o fracasso escolar deve ser considerado de forma multidimensional, devido a fatores como pobreza e falta de acesso aos direitos básicos. Estes fatores estão diretamente ligados ao baixo desempenho escolar, contrapondo sumariamente o pressuposto senso comum de sucesso escolar como efeito de “aptidão natural”.

Diante desse contexto, cabe a este trabalho responder a seguinte questão: Qual a contribuição da Psicologia no processo de ensino aprendizagem frente às políticas públicas educacionais em contextos de vulnerabilidade socioeconômica?

Para tanto, busca-se elucidar o que são vulnerabilidades sociais, especificando as de cunho socioeconômico, identificando como estas podem afetar a educação, conceituando políticas públicas educacionais, para discutir qual o papel e quais as possibilidades de atuação da Psicologia diante de tal cenário.

Para manter-se a objetividade desta discussão, o presente estudo terá como norteador a vulnerabilidade de viés socioeconômico. Sendo assim, outros tipos de vulnerabilidades não serão aprofundados, apesar de serem brevemente contextualizados devido às correlações que levam à restrição de acesso a direitos que estão, de forma combinada, ligadas à instalação e intensificação de desigualdades em dadas localidades e grupos.

A motivação que sustenta a elaboração deste estudo está na importância de contribuir para a promoção e o acesso integral aos direitos de aprendizagem da população brasileira, em especial para as crianças. Nesse sentido, é preciso identificar as estruturas que perpetuam as situações de vulnerabilidade desses sujeitos de direito e, através das contribuições da Psicologia enquanto ciência, profissão e compromisso social, buscar possibilidades que possam contribuir de forma ativa no processo de construção e efetivação de políticas públicas para uma educação mais justa e igualitária em direitos e acesso.

A Psicologia apresenta uma história de constantes contribuições para diversas áreas de estudo, agregando conhecimentos através de seus saberes sobre o sujeito e sua interação com o ambiente. Devido a sua imprescindível participação, compreende-se que, suas contribuições precisam ter engajamento político através da finalidade da sua atuação, que necessita se guiar de forma crítica e transformadora da condição de vida (BOCK, 1999).

Essa pontuação se torna indispensável quando, através de um breve retorno à história dessa ciência, percebe-se que a sua origem no meio educacional se deu em busca de corrigir comportamentos e resultados não esperados dos estudantes. Diante do desenlace segregacionista deste período, o que se pretende na atualidade é fomentar os conhecimentos e contribuições condizentes com a realidade de cada instituição de ensino, do meio onde ela está inserida e dos sujeitos ali atendidos.

Assume-se que o processo de ensino aprendizagem apresenta falhas, que não podem ser justificadas pela atuação de apenas uma parte desse binômio, o aluno. Pelo contrário, essas falhas estão presentes desde a falta de articulações políticas eficazes para a promoção de oportunidades que possibilitem a melhoria das condições socioeconômicas das famílias. Desse modo, busca-se uma atuação que

esteja de acordo com as atuais políticas públicas da educação ou que contribua com mudanças necessárias para a realidade em que estiver inserida.

Para tanto, utiliza-se como metodologia para obtenção de dados a pesquisa do tipo bibliográfica através de livros e publicações virtuais, sendo uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, e qualitativa quanto análise do problema já apresentado.

MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2007), considerando livros impressos e artigos científicos publicados em meios digitais dos últimos dez anos, salvo em caso dos clássicos como Kaztman (2005), Adorno (2001), Ana Bock (1999) e legislações nacionais. As principais plataformas de pesquisa utilizadas foram o Google Scholar, Pepsic, RBTCC e SciElo.

Os dados bibliográficos encontrados foram obtidos em diversas obras de pesquisadores, tanto os da atualidade quanto os clássicos. Através de uma leitura sistemática, os dados mais relevantes para a estrutura e apresentação do tema, foram analisados e dispostos em tópicos organizados de acordo com os objetivos do trabalho.

Aos objetivos, foi aplicada uma pesquisa exploratória, buscando compreender as questões de vulnerabilidade no processo de ensino e aprendizagem e as possíveis contribuições da Psicologia para atenuar seus efeitos. A pesquisa exploratória auxiliar na ampliação de conhecimento possibilita maior familiaridade com o campo de pesquisa, especialmente, quando este ainda é pouco explorado, já que propõe uma visão geral do conteúdo, até mesmo através da análise de dados que sirvam como exemplo para melhor compreensão (GIL, 2007).

Na abordagem, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que buscou em estudos de teóricos importantes para a temática, a compreensão dos fenômenos supracitados através da coleta de dados narrativos. Como descritores foram utilizados nas pesquisas: vulnerabilidades sociais, socioeconômica, educação, Psicologia e educação, desigualdade e dificuldades de aprendizagem. A análise qualitativa foi

baseada conforme Gil (2007), empregando-se uma avaliação dos descritores e suas interações na literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONSTRUINDO A IDEIA DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

A conceituação de vulnerabilidade

O termo vulnerabilidade está inserido em diversos cenários sociais, desde diálogos corriqueiros até os bancos acadêmicos, porém, este termo tem sido utilizado de formas errôneas e/ou enganosas, desse modo, faz-se necessário retornar ao seu significado e aplicabilidade.

Através da sua origem etimológica encontra-se o significado de vulnerabilidade advindo do latim *vulnerabilis* que pode ser compreendido como penetrar ou ferir. Sendo assim, utiliza-se este termo para referir-se ao que é suscetível a ser ferido, violado. Hoje, apesar de aplicado em diversos contextos, salienta as autoras Yunes e Szymanski (2001), que foi L. B. Murphy que desenvolveu este termo para se referir a susceptibilidade de degeneração do funcionamento ligado ao estresse.

Enquanto utilitário dos estudos sociais e, especialmente, no campo da saúde, o mesmo ganha destaque nos anos 80, durante as discussões sobre a epidemia da HIV/AIDS, devido a necessidade de ampliar a conscientização da população, para além dos grupos sociais estereotipados (CZERESNIA; OVIEDO, 2015).

Esse movimento veio chamar a atenção para aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos e territoriais, que correlacionavam-se aumentando as chances dos indivíduos em contrair e espalhar o vírus.

Assim, buscou-se verificar indicadores socioeconômicos que tornariam certos grupos mais suscetíveis ao vírus e, em articulação com os princípios dos Direitos Humanos, incorporou-se a ideia do direito das pessoas em poder mudar as suas condições de vida, se tornando menos suscetíveis ao vírus, diminuindo a disparidade de acesso a serviços, informações e ações do Estado, em busca de promover meios para tornar a sociedade mais igualitária na prevenção do HIV/AIDS (ADORNO, 2001).



Ademais, Adorno (2001), explana sobre as perspectivas intrínsecas ao termo vulnerabilidade, pois ele:

carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso (ADORNO, 2001, p. 12).

Torna-se primordial elucidar acerca da origem e da popularização do conceito de vulnerabilidade para poder explicar sobre a amplitude de significados contidos no seu uso, já que o mesmo carrega em si muito mais do que o sentido de suscetibilidade em ser ferido, ou mesmo de fragilidade, mas implica em si a procura por caracterizar o cenário total em que um problema está inserido, o que vem possibilitar a descoberta de novas perspectivas para situações, muitas vezes, antigas.

Com o passar do tempo e disseminação do seu uso, este termo veio ganhando aplicabilidade em diversos setores sociais, integrando os debates e estudos acadêmicos, ganhando a visibilidade do Estado e tornando-se usual na sociedade em geral.

Estudos sobre o uso do termo vulnerabilidade, de várias áreas diferentes, apontam que

(...) dado seu reconhecido valor heurístico, o conceito é usado, há mais tempo, em outros campos afastados da área da saúde, o que aumenta sua polissemia. As ciências jurídicas, a informática, as ciências econômicas, a geografia, a geologia, etc. empregam o conceito de vulnerabilidade para designar objetos e situações diversas (CZERESNIA; OVIEDO, 2015).

Portanto, a sua capacidade de elucidar de forma inovadora várias questões, trazendo perspectivas antes não evidenciadas, o tornou gregário de muitos campos, aumentando os sentidos e significados para além do seu originário. De forma análoga, o termo vulnerabilidade social veio tomando espaço e evidenciando o braço histórico-cultural e socioeconômico incutido na disparidade de acesso a direitos dos indivíduos marginalizados.

O termo vulnerabilidade social sumariza a concepção de que há sujeitos mais expostos aos problemas enfrentados na sociedade, sendo assim “reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos

e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça” (ADORNO, 2001, p.62).

Katzman (2005), ainda amplia a ideia de que a vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, porém a inclui, mas não a resume, pois, estar vulnerável transcende uma condição atual e projeta-se para o futuro de forma a refletir em modificações abruptas e de desvantagens na condição e mobilidade de vida dos “vulnerabilizados”.

Desse modo, ampliar a terminologia para vulnerabilidade socioeconômica, se faz eficaz para demonstrar a amplitude dos fatores perpetuadores da desigualdade, já que estes não se limitam apenas à carência de renda. Muito mais que isso, evidencia a discrepância entre a distribuição de bens, a oferta de serviços - serviços de qualidade- e o acesso de diferentes atores sociais a estes.

Partindo das questões já elucidadas anteriormente e compreendendo que assumir um olhar para os sujeitos, famílias e grupos na perspectiva da vulnerabilidade socioeconômica significa

(...) não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais (ADORNO,2001, p.12).

Risco e vulnerabilidade

Neste ponto, faz-se necessária a distinção entre risco e vulnerabilidade. Assim como aponta o estudo de Reis et al. (2014), que baseiam em conhecimentos da Psicologia Social, o termo risco apresenta sua origem nos estudos da epidemia da AIDS-HIV, classificando grupos de riscos baseados na moral e no medo, tornando o termo um instrumento discriminador de indivíduos, famílias e grupos sociais. Esta expressão foi caindo em desuso e sendo substituído pelo termo Vulnerabilidade social que retirava do indivíduo a condição de vulnerável e realocava-a na falta de estruturas e condições sociais, especialmente do Estado.

Segundo Janczura (2012), a definição desses termos perpassa a compreensão de que eles são “um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para tratar seus objetos”. Por esse motivo são difundidos e ressignificados em diversas áreas do conhecimento.

De mesmo modo, a sua definição estará ligada ao uso de alguma dessas áreas. Para Janczura (2012), existem três importantes conclusões nos estudos sobre distinção entre risco e vulnerabilidade. O primeiro é que os dois termos estabelecem relação estreita, mas que não são sinônimos. O outro ponto é que risco remete a situação de grupos e que vulnerabilidade remete à situação de fragilidade do indivíduo. E por último, que a sociedade pós-industrial, é uma sociedade de risco, por causar modificações no planeta que prejudica a todos.

RESULTANTES DA DESIGUALDADE PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

A escola pode ser percebida como um espaço de trocas sociais intensas, marcantes na trajetória de vida. Ela engloba as multiplicidades da sociedade em que está inserida, sejam nos conteúdos sociais e históricos da humanidade perpetuados por ela, seja reproduzindo paradigmas, preconceitos e desigualdades estruturais dentro das relações estabelecidas nesta instituição.

Essa concepção não pretende excluir a importância do ambiente escolar na formação dos sujeitos, pelo contrário, pois implica assumir que é nesse ambiente que a formação humana é propiciada, assim sendo, é necessário que o currículo e todo o sistema que estrutura a sua rotina, estejam pautados nas necessidades humanas (SAVIANI, 2004).

A escola é um espaço que vem se tornando presente nas sociedades desde o século XIX (CAMPOS; PEREIRA, 2015). E, durante seu processo histórico, ela assumiu diferentes funções e significados, acompanhando as transformações sociais e políticas de diferentes momentos da história, o que faz com que ela carregue tendências conservadoras e venha reproduzir comportamentos, valores e ideias que não correspondem com as atuais necessidades na educação (PIOVESAN et al., 2018).

A trajetória da escola está, cada dia mais, sendo ultrapassada por questões resultantes da vulnerabilidade socioeconômica. Elas resultam no aumento dos índices de evasão escolar, nas dificuldades de aprendizagem, na falta de apoio dos pais e responsáveis, na repetência escolar, no aumento da violência entre aluno-professor e aluno-aluno, dentre outras tantas situações.

Assim, a baixa escolaridade da população é, por si só, um dos fatores de vulnerabilidade social, pois dificulta a concretização de um modo de vida digno, o acesso ao emprego formal e qualificado. Isto posto, percebe-se que os grupos de jovens mais pobres e com menor escolaridade estão mais expostos aos riscos sociais de exploração sexual, criminalidade e várias formas de vida marginalizadas (CRAIDY; SZUCHMAN, 2017).

O IBGE (2021), através do catálogo: “*Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*”, aborda importantes indicadores sociais que fornecem a visualização do retrato da estrutura social do Brasil, levando em conta, inclusive, os impactos da pandemia COVID-19. Esses dados foram divididos em grupos de análise que contemplam vários quesitos da condição de vida dos sujeitos e grupos. Para garantir uma maior objetividade ao foco de análise deste estudo, serão referenciados dois grupos: a) Padrão de vida e distribuição de rendimentos e b) Educação.

Os dados de Padrão de vida e distribuição de rendimentos, refletem a realidade das desigualdades econômicas e pobreza monetária no país. Analisando os dados de rendimento, considerando a sua distribuição por classe de salário mínimo, é possível verificar que em 2020, 10,4% da população brasileira, ou seja, 21,9 milhões de pessoas, viviam com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita*. Considerando que o salário mínimo da época era de R\$1045,00, esse percentual seria equivalente a R\$ 261,00 (IBGE, 2021).

Seguindo a linha da pobreza recomendada pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, no qual o Brasil está classificado, considera-se que o valor domiciliar *per capita* dessa linha no país, seria de cerca de R\$450,00. Comparando esse dado com o salário mínimo *per capita* apresentado anteriormente, o Brasil supera a marca de 50 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que representa mais de 24% da população (IBGE, 2021).

Os dados sobre educação trazem informações do período em que as escolas estiveram fechadas devido a COVID-19. O IBGE, classifica a população em termos de quintos da população de acordo com o rendimento domiciliar *per capita*, ou seja, a análise de rendimentos é feita através de cinco grupos, que são divididos de acordo

com a distribuição por classes de salário. Desse modo, foi possível verificar que “a maioria dos estudantes da educação básica, em especial os mais vulneráveis, dependem da rede pública para ter acesso a algum conteúdo pedagógico durante o período de adiamento das aulas presenciais” (IBGE, 2021).

Outro dado importante é que mais de 70% dos estudantes sem aula presencial conseguiram se dedicar às atividades escolares ao menos cinco dias na semana em novembro de 2020. Contudo, dentre os 30% que se dedicaram de um a quatro dias por semana, quando classificados em questões de rendimento *per capita*, verifica-se que 35% encontravam-se dentre os mais pobres, em questões de cor ou raça esse número é de 32,5% sendo negros e 26,9% sendo brancos, em relação ao tipo de rede de ensino, cerca de 33,8% eram matriculados na rede pública, enquanto 13,5% eram da rede privada.

Esses indicadores possibilitam uma pequena visão das problemáticas envolvidas no processo de ensino aprendizagem, que configuram em maior ou menor grau as vulnerabilidades socioeconômicas que impactam no acesso e aproveitamento escolar dos estudantes, sejam eles a falta de renda, pela falta de estruturas afetivas e familiares, pela localidade e condições de moradia, precariedade ou inexistência de alimentação, dentre vários outros.

Apesar dos avanços na legislação e na implementação do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, permanece o peso do legado histórico da relação do Estado brasileiro com as famílias pobres, desfavorecidas e/ou excluídas. Este compromisso tem contornos complexos devido às vastas desigualdades sociais do país. O discurso dos direitos se opõe a outras representações que naturalizam a vulnerabilidade social (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p.33).

É inevitável ressaltar que a escola se configura como uma reprodutora das estruturas e questões sociais mais complexas, principalmente daquelas que impactam diretamente a vida das crianças. Segundo Dubet, Duru-Belat e Véréttout (2012), essa reprodução ocorre em diferentes níveis, mas representa uma transformação das desigualdades sociais, em desigualdades escolares, que se retroalimentam.

Realizando uma breve correlação entre os dados do IBGE e a concepção dessas autoras, é possível chegar ao que Freitas (2009), destaca sobre a construção

e vivência das relações sociais na escola, que impactam no desenvolvimento de valores e atitudes dos estudantes.

Sendo assim é imprescindível que esse espaço deixe de ser um meio de avaliação e julgamento de capacidades e incapacidades, entre sucesso e fracasso educacional, ou reproduzidor das hierarquias externas, pelo contrário, é necessário que a escola compreenda o sujeito em sua vivência e história, para que as diversidades não se tornem desigualdades.

Craidy e Szuchman (2017) citam que ao analisar profundamente os indicadores de educação no Brasil, é possível constatar que as desigualdades na escolaridade estão diretamente relacionadas à situação econômica de determinadas populações e/ou grupos, especialmente por classe social, local de residência (urbano ou rural), faixa etária e raça, etnia ou origem, o mesmo que apontam os dados do IBGE, como apresentados anteriormente.

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

A relação Psicologia-Educação, em especial a Pedagogia, mais uma vez, se depara com a necessidade de construir juntas diante de desafios antigos, mas que trazem novas conotações diante das transformações sociais, que desafiam por estarem sempre em constante mudança. A vulnerabilidade social e as desigualdades sempre existiram - e, diante das estruturas sociais vigentes, sempre existirão- mas trazem, com a mudança dos tempos, novas necessidades.

As Políticas Públicas da Educação

Preenchendo a lacuna conceitual, define-se Políticas Públicas enquanto um dispositivo que visa incentivar o desenvolvimento integral dos cidadãos, através de diferentes saberes e práticas. Enquanto políticas sociais, servem de instrumento democrático, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo a justiça social e garantindo os direitos individuais e coletivos de cidadania (STAMATO, 2016).

Silveira et al. (2007), acrescenta que as políticas públicas se configuram como um conjunto de normas, baseados em equidade e igualdade, que orientam as práticas

que respaldam os direitos sociais em todos os setores da sociedade, através da distribuição e redistribuição de bens e serviços.

Desse modo, as Políticas Públicas Educacionais, visam medidas que garantam o acesso de qualidade à educação, sendo necessário assegurar a distribuição para toda a sociedade. Para tanto, elas precisam promover ações que se destinem a levar a educação até as camadas mais afetadas pela falta de recursos financeiros e sociais, o que leva a reduzir a segregação educacional tão presente no país.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, promulga que a Educação é direitos de todos e deve ser garantida pelo Estado e pela família, sendo promovida e incentivada em colaboração com a sociedade, em busca do pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). De mesmo modo, a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garante as mesmas concepções da Constituição Federal, acrescentando e especificando direitos como transporte, alimentação, vaga escolar gratuita e próxima à residência, material didático-escolar, respeito à diversidade humana em geral, acessibilidade, qualidade de ensino, incentivo à formação e capacitação dos docentes, dentre outras medidas que visam garantir a educação de qualidade (BRASIL, 1996).

Contudo, a realidade da educação nem sempre garante o acesso às políticas básicas da educação, o que se vê com frequência são escolas sucateadas, baixos salários dos profissionais da educação e pouca capacitação profissional dos mesmos, além de cortes constantes nos investimentos da educação. Assim como, alunos que não frequentam a escola, ou que frequentam precariamente, percorrendo grandes distâncias sem transporte ou com este deprecado. Sendo assim, se faz sempre necessária a atenção multidisciplinar diante da cobrança aos órgãos públicos para a garantia de acesso a esses bens e serviços.

Stamato (2016), pontua duas dimensões inerentes às políticas públicas. A dimensão objetiva, sendo pautadas nas condições sociais e históricas da humanidade, como política, economia, cultura e território. A outra dimensão, chamada de subjetiva, pauta-se na alteridade e diversidade, considerando a singularidade dos sujeitos a que se destina os estudos e ações.

Esta autora, marca a dimensão da subjetividade como âmbito de atuação da Psicologia, com o objetivo de atuar de forma crítica diante da homogeneização de diretrizes políticas, que são aplicadas a todos sem que sejam questionadas quanto as necessidades específicas dos indivíduos. Cabe a esta disciplina refutar as concepções que naturalizam e padronizam indivíduos e fenômenos psicológicos, buscando resgatar a história e as multideterminações envolvidas no processo de subjetivação (STAMATO, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Possíveis contribuições da Psicologia

Tomando como base os estudos citados no referencial teórico, pode-se admitir que os conhecimentos advindos das Psicologias acrescentaram muito na educação e na relação ensino aprendizagem, que passou a contar com as contribuições de estudiosos como Lev Vygostsky, Skinner, Freud, Piaget, dentre vários outros.

Os estudiosos, dentro de suas respectivas ênfases e abordagens, possibilitaram aos pais/responsáveis, educadores e gestores escolares uma visão mais integral do desenvolvimento humano e da aprendizagem, aproximando esse processo dos fatores presentes na constituição dos sujeitos, desde aspectos históricos até os processos neuro-psicofisiológicos.

Partindo dessas sumárias contribuições, a Psicologia vem auxiliar as ciências pedagógicas ao oferecer subsídios para o ato educativo, através de investigações e estudos sobre assuntos que permeiam a educação, tratando daquilo que dificulta o processo de aprendizagem, assim como os facilitadores e estimuladores deste (GOULART, 2000).

A escola, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia, é “um modo de organizar a formação, de pensá-la e de fazê-la, é uma organização possível entre outras ainda não pensadas e não realizadas. Ela se apresenta como estrutura, previsibilidade, organograma que estabelece como deve ser o processo de ensino” (2019, p. 33).

Tendo em vista que as classes populares, já apresentadas anteriormente, são o público mais vulnerável perante a aquisição e acesso ao ensino, sobretudo de qualidade. Como que se obtém os resultados esperados da escola para sujeitos inseridos em um ambiente com manifestas e preocupantes vulnerabilidades?

A estrutura educacional nesses ambientes é precária, o desenvolvimento é imprevisível e manter-se organizado é dificultoso. Isso em mente, acredita-se que a inserção das profissionais de Psicologia agrega benefícios contínuos nos estudos e práticas educacionais em contextos de vulnerabilidade social, além de estar comprometida em tornar o conhecimento acessível às classes populares.

Assim como, enfatizam os compromissos da Psicologia Escolar e Educacional (ANTUNES, 2008). Esta autora ainda ressalta que, para trabalhar na educação o psicólogo mesmo não sendo pedagogo, ele terá que

mergulhar nessa realidade como alguém que faz parte dela, reconhecendo-se como portador de um conhecimento que pode e deve ser socializado com os demais educadores, tanto no trabalho interdisciplinar, como na formação de educadores, sobretudo professores; que detém um saber que pode contribuir com os processos sócio-institucionais da escola; tem um conhecimento específico que pode e deve reconhecer o que é próprio de sua formação profissional, e, ousa afirmar, algumas vezes inclusive de caráter clínico-terapêutico, voltado para casos individuais; possui ou pode desenvolver conhecimentos importantes para a gestão de sistemas e redes de ensino, sobretudo no âmbito de diagnósticos educacionais (avaliação institucional, docente, discente etc.) e na intervenção sobre tais resultados (ANTUNES, 2008).

Quando a educação assume a ótica da crítica, ela se serve à transformação social. Ao assumir uma postura crítica da realidade, assume-se uma ação de luta pela transformação social, rejeitando o papel de reprodutor de comportamentos dominantes, padronizados e excludentes (WINTER; MENEGOTTO; ZUCCHETTI, 2020).

A Psicologia, engajada com as Políticas Públicas Educacionais, precisa intervir junto dos fenômenos sociais, não só visualizando como os estudantes e professores são atravessados pelas políticas educacionais em relação a sua realidade, mas como seu fazer profissional também está implicado nessa relação (GONÇALVES, 2010).

Diante do engajamento necessário dos profissionais da Psicologia nas Políticas Públicas é que o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, que objetiva identificar e

propor as práticas relevantes através da sistematização e documentação de pesquisas, estudos e referências técnicas de qualidade, que busca ampliar a capacidade de atuação desses profissionais desde a elaboração, o planejamento e execução de políticas públicas (CREPOP, 2007).

Neste ponto, que se deve assumir o compromisso de manter um movimento constante de críticas e aprimoramentos da atuação do psicólogo (GONÇALVES, 2010). Desse modo, “sua contribuição deve ocorrer em qualquer das etapas do processo de uma política pública: formulação, processos de decisão, implementação e nos processos de acompanhamento e avaliação” (BAUCHSPIESS; PEDROZA, 2020).

De mesmo modo, Antunes (2008), salienta que dentre os múltiplos determinantes que constituem a educação, existem os fatores de ordem psicológica. Por estar presente, não somente na educação, mas em tudo que envolve os seres humanos, esses fatores devem ser considerados nas Políticas Públicas da Educação. Sendo assim, o fazer psicológico pode “fornecer categorias teóricas e conceitos que permitam a compreensão dos processos psicológicos que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica” (ANTUNES, 2008).

Nesse ponto, salienta-se que o psicólogo, alicerçado no compromisso social da profissão, enquanto inserido no ambiente escolar, precisa contribuir para a aplicação de estratégias e metodologias que garantam a efetivação das Políticas Públicas Educacionais.

Sobremaneira, a sua ocorrência deve ser desde o acesso, à permanência dos estudantes, possibilitando a este um ambiente acolhedor que viabilize uma educação de qualidade, concretizando as etapas de ensino, sendo assim, pautadas na democratização da educação (GONÇALVES, 2010). Para tanto, é necessário que supere as práticas puramente clínicas e tradicionais e que seja “comprometida radicalmente com a educação das classes populares” (ANTUNES, 2008).

Para que se torne peça-chave para a transformação social a educação deve ser planejada, projetada e realizada de maneira qualificada e humanizada. Além da necessidade do aumento de investimentos públicos, é preciso compreender essa

educação como um produto do próprio território, da própria sociedade. Então, se aquele território reflete as desigualdades socioeconômicas típicas do Brasil, a educação irá reproduzir essa narrativa.

Verifica-se que, por ser firmada em arcabouços que compreendem que o ser humano é um ser social e em constante desenvolvimento, a Psicologia, em conjunto com o trabalho multidisciplinar das escolas, apresenta-se valiosa para humanizar a educação, tornando-a fundamental para a transformação social (ANTUNES, 2008). Considera-se, portanto, o ato de humanizar enquanto a apropriação da cultura herdada da história da humanidade, que é disponibilizada na relação com outros seres humanos, e que possibilita desenvolver o potencial, a inteligência e personalidade do indivíduo (JOSE et al, 2015).

Pacheco e Timm (2020), apontam que o direito à educação é um direito fundamental na sociedade, sendo amplamente reconhecido pelas declarações universais de direitos humanos. O direito à educação não apenas reconhece a educação como um patrimônio cultural, mas também como a base para tornar o sujeito um ator ativo na transformação de sua sociedade, de seu território. Ao garantir esse direito, há a possibilidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas e construir indivíduos e coletividades mais produtivas e atuantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na narrativa apresentada, considerou que as vulnerabilidades sociais decorrentes das profundas desigualdades sociais no Brasil, expõe os sujeitos de classes populares a situações de risco. Isto ocorre por não haver acesso adequado a bens e serviços como, a educação. Nesses contextos os sujeitos se encontram inseridos em um ambiente que não favorece seu desenvolvimento.

Nesse cenário, a Psicologia visa trabalhar a partir do conjunto de condições biopsicossociais que afetam direta ou indiretamente o sujeito, adotando preceitos das Políticas Públicas para abordar formas qualificadas e humanizadas para que o sujeito ou um grupo de sujeitos acessem, enfrentem e vivenciem o processo educacional.

É o arcabouço teórico-técnico da Psicologia - em todas as suas dimensões - que auxiliará na construção de um ambiente e um processo educacional íntegro e digno,



que oportunizará a formação de cidadãos através da garantia de um dos seus direitos básicos, a educação.

Garantir a participação do psicólogo na educação é garantir a efetivação das Políticas Educacionais e a promoção de uma educação mais democrática e de qualidade (BAUCHSPIESS; PEDROZA, 2020). Por esses e outros motivos que é tão importante ações que garantam essa participação, como ocorreu com a Lei nº 13.935/2019, que determina a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019).

Conquanto, ainda há muito o que lutar, pois para que esse serviço tenha bons frutos, ele precisa ser prestado de forma estruturada, é preciso que sejam atendidas as necessidades da população escolar e que os profissionais tenham as ferramentas adequadas para a sua atuação, assim como, é fundamental que tenham profissionais suficientes para as escolas, sem que sejam delegas grandes demandas para poucos psicólogos, sobrecarregando o trabalho e retirando dele as possibilidades de transformação.

É evidente que este trabalho não se propôs a esgotar ou enrijecer essa temática, de modo contrário, dar enfoque a este tema de imensa relevância, é assumir que a educação desempenha na sociedade o papel de alicerçar, de servir como base que definirá os resultados futuros das gerações. Portanto, pretende-se com este artigo, fomentar as discussões, especialmente as regionais, evidenciando a capacidade de contribuição da Psicologia na oferta de uma educação de qualidade e de efetiva transformação social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, F. C. Rubens. Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. **Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária** – AAPCS, São Paulo. 2001.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**: São Paulo, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt>>. Acesso em 20 abr. 2022.
- BAUCHSPIESS, Carolina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Psicologia e políticas educacionais: estado do conhecimento nas pós-graduações do distrito federal (2006-2014). **Psicologia Escolar e Educacional**: Maringá, v. 24, 2020. Disponível em:
<http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572020000100338&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Natal. 1999. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5QmGZxNGTwbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.935/2019, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019.
- CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870 - 1940). In: **Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**, v. 12, Curitiba, 2015. Disponível em: <
<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/609>>. Acesso em: 20 abri. 2022.
- CRAIDY, Carmen Maria; SZUCHMAN, Karine (org.). n: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2017.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na educação básica**. Brasília: CFP, 2019.

CREPOP. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia/CFP. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepop-cras-suas.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CZERESNIA Dina; OVIEDO Rafael Antônio Malagón. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter bio-social. **Interface**, Botucatu. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/5BDdb5z4hWMNn58drsSzktF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mai. 2022.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOU, Antoine. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. **Dossiê Sociedade e Educação: Dilemas Contemporâneos**, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/LZnTXB7qmqm8q5jKyNSnJkw/?lang=pt#:~:text=A%20escola%20reproduz%20as%20desigualdades, reprodu%C3%A7%C3%A3o%20reveladas%20pelas%20compara%C3%A7%C3%B5es%20internacionais>. Acesso em: 15 de mai. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos; SORDI, Maria Regina Lemes; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopez de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Vozes, Petrópolis, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**, São Paulo: Cortez, 2010.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis, Vozes, 2000.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; SENRA, Carmem Magda Ghetti. **Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público**

Psicologia & Sociedade, Campinas. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 01 abril de 2022.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira-2021. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, 28 dez. 2012. Disponível em: <
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JOSE, Lucia Souza Campos; STEFFEN, Daniele Nadal; BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach. Teoria e prática na formação de professores: por uma educação humanizadora. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE**, 12., 2015, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 5120-5130, 2015. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18831_7806.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

KAZTMAN, R. Segregacion espacial, empleo y pobreza en Montevideo. **Revista de la CEPAL**: Santiago de Chile, 2005. Disponível em: <
<https://www.cepal.org/es/publicaciones/11004-segregacion-espacial-empleo-pobreza-montevideo>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PACHECO, Luci Mary Duso; TIMM, Jordana Wruck. Direitos humanos e direito educativo: a educação em contextos de vulnerabilidade social. **Humanidades & Inovação**: Frederico Westphalen, v. 7, n. 19, p. 168-177, 2020.

PIOVESAN, Josieli et al. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. 1. ed. Santa Maria. 2018. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18336?show=full>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

REIS, Carolina dos. Instrumentos e Processos em Avaliação Psicológica. **Estudos de Psicologia**: Campinas, 2014. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/SPQQtsxBFvF7jmLr3NbgTNx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15ª. Ed. Autores Associados, Campinas, 2004.



SILVEIRA, Andrea Fernanda et. al. **Caderno de Psicologia e Políticas Públicas**. Conselho Regional de Psicologia do Paraná: Curitiba, 2007.

STAMATO, Maria Izabel Calil. Exclusão social e subjetividade: o papel da Psicologia na política de assistência social. In: **Psicologia e políticas públicas** [e-book]. Editora Universitária Leopoldianum: Santos, 2016. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/09/Psicologia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

WINTER, Ana Cristina de oliveira; MENEGOTTO, Lisiane Machado; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Vulnerabilidade social e educação: uma reflexão na perspectiva da importância da intersectorialidade. **Conhecimento & Diversidade**, v. 11, n. 25, p. 165-183, 2020.

YUNES, Maria Angela Mattar; SZYMANSKI, Heloisa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkozje\)\)/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1583892](https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkozje))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=1583892). Acesso em: 10 abr. 2022.